

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RS000704/2009  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 16/07/2009  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR022936/2009  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46218.009668/2009-14  
**DATA DO PROTOCOLO:** 09/07/2009

FEDERACAO DOS TRAB INDUST CONST MOBIL ESTADO RIO G SUL, CNPJ n. 92.963.974/0001-99, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONST MOBILIARIO, CNPJ n. 88.773.809/0001-05, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND DOS TRAB IND CONST E DO MOBIL DE CACAPAVA DO SUL, CNPJ n. 87.083.960/0001-40, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBI DE CANG, CNPJ n. 91.990.200/0001-94, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE CANELA, CNPJ n. 89.574.453/0001-35, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONST E DO MOB, CNPJ n. 89.785.760/0001-65, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND.DOS TRAB.NAS IND.DA CONSTR.E DO MOB.DE D.PEDRITO, CNPJ n. 89.771.216/0001-64, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO TRABALH INDUST CON ST MOBILARIO PASSO FUNDO, CNPJ n.

92.046.895/0001-13, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB INDUST CONST MOBIL DE RIO PARDO, CNPJ n. 95.116.398/0001-32, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO EMOBILIARIO, CNPJ n. 89.079.883/0001-80, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS INDUST DA CONST E MOB DE SANTIAG, CNPJ n. 92.455.658/0001-06, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO, CNPJ n. 92.889.153/0001-50, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE S S CAI, CNPJ n. 97.202.535/0001-87, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE SANTA MARIA, CNPJ n. 88.686.472/0001-90, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO TRAB IND DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO TAQUARI, CNPJ n. 91.693.564/0001-02, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND TRAB CONSTRUC CIVIL IND MOBILIARIO E P MOLDADOS, CNPJ n. 95.040.150/0001-35, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND CONST MOBILIARIO URUGUAIANA, CNPJ n. 89.383.236/0001-68, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBIL DE VACARIA, CNPJ n. 98.524.457/0001-08, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST E DO MOBILIARIO DE VIAMAO, CNPJ n. 93.130.557/0001-28, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

SIND OFIC MARC TRAB INDS SER R M M M J V V E P C E P A, CNPJ n. 92.979.251/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA, CPF n. 257.934.700-34;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA MARCENARIA DO ESTADO DO RGS, CNPJ n. 92.953.975/0001-52, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JONI ALBERTO MATTE, CPF n. 077.489.900-00;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2009 a 30 de abril de 2010 e a data-base da categoria em 1º de maio.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores na indústria da Marcenaria**, com abrangência territorial em **Aceguá/RS, Água Santa/RS, Agudo/RS, Ajuricaba/RS, Alecrim/RS, Alegrete/RS, Alegria/RS, Almirante Tamandaré do Sul/RS, Alpestre/RS, Alto Alegre/RS, Alto Feliz/RS, Alvorada/RS, Amaral Ferrador/RS, Ametista do Sul/RS, André da Rocha/RS, Antônio Prado/RS, Arambaré/RS, Aratiba/RS, Arroio do Padre/RS, Arroio do Sal/RS, Arroio do Tigre/RS, Arroio dos Ratos/RS, Arroio Grande/RS, Augusto Pestana/RS, Áurea/RS, Balneário Pinhal/RS, Barão de Cotegipe/RS, Barão do Triunfo/RS, Barão/RS, Barra do Guarita/RS, Barra do Quaraí/RS, Barra do Ribeiro/RS, Barra do Rio Azul/RS, Barra Funda/RS, Barracão/RS, Barros Cassal/RS, Benjamin Constant do Sul/RS, Boa Vista das Missões/RS, Boa Vista do Buricá/RS, Boa Vista do Cadeado/RS, Boa Vista do Incra/RS, Boa Vista do Sul/RS, Bom Jesus/RS, Bom Progresso/RS, Boqueirão do Leão/RS, Bossoroca/RS, Bozano/RS, Braga/RS, Brochier/RS, Butiá/RS, Caçapava do Sul/RS, Cacequi/RS, Cachoeira do Sul/RS, Cachoeirinha/RS, Cacique Doble/RS, Caibaté/RS, Caiçara/RS, Camaquã/RS, Camargo/RS, Cambará do Sul/RS, Campestre da Serra/RS, Campina das Missões/RS, Campinas do Sul/RS, Campo Novo/RS, Campos Borges/RS, Candelária/RS, Cândido Godói/RS, Candiota/RS, Canguçu/RS, Canoas/RS, Canudos do Vale/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Capão da Canoa/RS, Capão do Cipó/RS, Capão do Leão/RS, Capivari do Sul/RS, Caraá/RS, Carazinho/RS, Carlos Gomes/RS, Casca/RS, Caseiros/RS, Catuípe/RS, Centenário/RS, Cerrito/RS, Cerro Branco/RS, Cerro Grande do Sul/RS, Cerro Grande/RS, Cerro Largo/RS, Chapada/RS, Charqueadas/RS, Charrua/RS,**

Chiapetta/RS, Chuí/RS, Chuvisca/RS, Cidreira/RS, Ciríaco/RS, Colorado/RS, Condor/RS, Constantina/RS, Coqueiros do Sul/RS, Coronel Barros/RS, Coronel Bicaco/RS, Coronel Pilar/RS, Cotiporã/RS, Coxilha/RS, Crissiumal/RS, Cristal do Sul/RS, Cristal/RS, Cruz Alta/RS, Cruzaltense/RS, David Canabarro/RS, Derrubadas/RS, Dezesesseis de Novembro/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dois Irmãos das Missões/RS, Dois Lajeados/RS, Dom Feliciano/RS, Dom Pedrito/RS, Dom Pedro de Alcântara/RS, Dona Francisca/RS, Doutor Maurício Cardoso/RS, Eldorado do Sul/RS, Encruzilhada do Sul/RS, Engenho Velho/RS, Entre Rios do Sul/RS, Entre-Ijuís/RS, Erebangó/RS, Ernestina/RS, Erval Grande/RS, Erval Seco/RS, Esmeralda/RS, Esperança do Sul/RS, Espumoso/RS, Estação/RS, Estrela Velha/RS, Eugênio de Castro/RS, Fagundes Varela/RS, Faxinal do Soturno/RS, Faxinalzinho/RS, Feliz/RS, Floriano Peixoto/RS, Fontoura Xavier/RS, Formigueiro/RS, Fortaleza dos Valos/RS, Garruchos/RS, Gaurama/RS, General Câmara/RS, Gentil/RS, Getúlio Vargas/RS, Giruá/RS, Glorinha/RS, Gramado dos Loureiros/RS, Gramado Xavier/RS, Gravataí/RS, Guabiju/RS, Guaíba/RS, Guaporé/RS, Guarani das Missões/RS, Harmonia/RS, Herval/RS, Herveiras/RS, Horizontina/RS, Hulha Negra/RS, Humaitá/RS, Ibarama/RS, Ibiaçá/RS, Ibiraiaras/RS, Ibirapuitã/RS, Ibirubá/RS, Igrejinha/RS, Ijuí/RS, Imbé/RS, Independência/RS, Inhacorá/RS, Ipê/RS, Ipiranga do Sul/RS, Iraí/RS, Itaara/RS, Itacurubi/RS, Itapuca/RS, Itaqui/RS, Itati/RS, Itatiba do Sul/RS, Ivorá/RS, Jaboticaba/RS, Jacuizinho/RS, Jacutinga/RS, Jaguarão/RS, Jaguari/RS, Jaquirana/RS, Jari/RS, Jóia/RS, Júlio de Castilhos/RS, Lagoa Bonita do Sul/RS, Lagoa dos Três Cantos/RS, Lagoão/RS, Lajeado do Bugre/RS, Lavras do Sul/RS, Liberato Salzano/RS, Linha Nova/RS, Maçambará/RS, Machadinho/RS, Mampituba/RS, Manoel Viana/RS, Maquiné/RS, Maratá/RS, Marau/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariana Pimentel/RS, Mariano Moro/RS, Mata/RS, Mato Castelhano/RS, Mato Leitão/RS, Mato Queimado/RS, Maximiliano de Almeida/RS, Minas do Leão/RS, Miraguai/RS, Montauri/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Monte Belo do Sul/RS, Montenegro/RS, Mormaço/RS, Morrinhos do Sul/RS, Morro Redondo/RS, Mostardas/RS, Muçum/RS, Muitos Capões/RS, Muliterno/RS, Não-Me-Toque/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Boa Vista/RS, Nova Candelária/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Pádua/RS, Nova Palma/RS, Nova Petrópolis/RS, Nova Ramada/RS, Nova Roma do Sul/RS, Nova Santa Rita/RS, Novo Barreiro/RS, Novo Cabrais/RS, Novo Machado/RS, Novo Tiradentes/RS, Novo Xingu/RS, Osório/RS, Paim Filho/RS, Palmares do Sul/RS, Palmeira das Missões/RS, Palmitinho/RS, Panambi/RS, Pantano Grande/RS, Paraíso do Sul/RS, Pareci Novo/RS, Parobé/RS, Passa Sete/RS, Passo do Sobrado/RS, Paulo Bento/RS, Paverama/RS, Pedras Altas/RS, Pedro Osório/RS, Pejuçara/RS, Picada Café/RS, Pinhal da Serra/RS, Pinhal Grande/RS, Pinhal/RS, Pinheirinho do Vale/RS, Pinheiro Machado/RS, Pirapó/RS, Piratini/RS, Planalto/RS, Pontão/RS, Ponte Preta/RS, Porto Alegre/RS, Porto Lucena/RS, Porto Mauá/RS, Porto Vera Cruz/RS, Porto Xavier/RS, Protásio Alves/RS, Quaraí/RS, Quatro Irmãos/RS, Quevedos/RS, Quinze de Novembro/RS, Redentora/RS, Restinga Seca/RS, Rio dos Índios/RS, Rio Pardo/RS, Riozinho/RS, Rodeio Bonito/RS, Rolador/RS, Rolante/RS, Ronda Alta/RS, Rondinha/RS, Roque Gonzales/RS, Rosário do Sul/RS, Santa Cecília do Sul/RS, Santa Margarida do

**Sul/RS, Santa Maria/RS, Santa Rosa/RS, Santa Tereza/RS, Santa Vitória do Palmar/RS, Santana da Boa Vista/RS, Santana do Livramento/RS, Santiago/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, Santo Antônio das Missões/RS, Santo Antônio do Palma/RS, Santo Antônio do Planalto/RS, Santo Augusto/RS, Santo Cristo/RS, Santo Expedito do Sul/RS, São Borja/RS, São Francisco de Assis/RS, São Francisco de Paula/RS, São Gabriel/RS, São Jerônimo/RS, São João da Urtiga/RS, São João do Polêsine/RS, São Jorge/RS, São José das Missões/RS, São José do Herval/RS, São José do Inhacorá/RS, São José do Norte/RS, São José do Ouro/RS, São José do Sul/RS, São José dos Ausentes/RS, São Lourenço do Sul/RS, São Luiz Gonzaga/RS, São Martinho da Serra/RS, São Martinho/RS, São Miguel das Missões/RS, São Nicolau/RS, São Paulo das Missões/RS, São Pedro da Serra/RS, São Pedro das Missões/RS, São Pedro do Butiá/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Valentim do Sul/RS, São Valentim/RS, São Valério do Sul/RS, São Vicente do Sul/RS, Sarandi/RS, Seberi/RS, Sede Nova/RS, Segredo/RS, Selbach/RS, Senador Salgado Filho/RS, Sentinela do Sul/RS, Serafina Corrêa/RS, Sertão Santana/RS, Sertão/RS, Sete de Setembro/RS, Severiano de Almeida/RS, Silveira Martins/RS, Sinimbu/RS, Sobradinho/RS, Soledade/RS, Tabaí/RS, Tapejara/RS, Tapera/RS, Tapes/RS, Taquara/RS, Taquari/RS, Taquaruçu do Sul/RS, Tavares/RS, Terra de Areia/RS, Tio Hugo/RS, Tiradentes do Sul/RS, Toropi/RS, Torres/RS, Tramandaí/RS, Três Arroios/RS, Três Cachoeiras/RS, Três Coroas/RS, Três de Maio/RS, Três Forquilhas/RS, Três Palmeiras/RS, Trindade do Sul/RS, Triunfo/RS, Tucunduva/RS, Tunas/RS, Tupanci do Sul/RS, Tupanciretã/RS, Tupandi/RS, Tuparendi/RS, Turuçu/RS, Ubiretama/RS, União da Serra/RS, Unistalda/RS, Uruguaiana/RS, Vacaria/RS, Vale do Sol/RS, Vale Real/RS, Vale Verde/RS, Vanini/RS, Venâncio Aires/RS, Vera Cruz/RS, Vespasiano Correa/RS, Viadutos/RS, Viamão/RS, Vicente Dutra/RS, Victor Graeff/RS, Vila Flores/RS, Vila Lângaro/RS, Vila Maria/RS, Vila Nova do Sul/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Vista Alegre/RS, Vista Gaúcha/RS, Vitória das Missões/RS e Xangri-lá/RS.**

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

**Piso salarial** - Ficam assegurados os seguintes pisos salariais:

**Parágrafo primeiro** – no período de até 45 dias da admissão, será de R\$ 492,80 (quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) por mês( piso admissional), equivalente a 2,24/h.

**Parágrafo segundo** – após 45 dias da admissão, fica assegurado um salário de R\$ 534,60 (quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos) por mês, equivalente a 2,43/h.

**Parágrafo terceiro** – ao oficial marceneiro, fica assegurado a partir 01/05/2009 um piso salarial de R\$ 855,80(oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos) por mês, equivalente a 3,89/h.

Parágrafo quarto – Ao oficial esquadreiro, fica assegurado a partir de 01/05/2009 um piso salarial de R\$ 855,80 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos) por mês, equivalente a 3,89/h.

Parágrafo quinto – Estes salários não serão considerados, em nenhuma hipótese, “salário profissional”, ou substitutivo do salário mínimo nacional.

## **Reajustes/Correções Salariais**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

**Reajuste Salarial** - As empresas concederão aos seus trabalhadores um reajuste salarial global, de 6% (seis por cento), correspondente ao período revisando (1º.05.2008 a 30.04.2009) , a incidir sobre os salários que seriam devidos em 1º.05.2009.

**Parágrafo primeiro** - Na base territorial de **Alto Feliz, Feliz, Linha Nova e Vale Real**, as empresas concederão aos seus trabalhadores um reajuste salarial global de 2,5 % (dois vírgula cinco por cento), correspondendo ao período de 01.II.2008 a 30.04.2009, a incidir sobre os salários que seriam devidos em 01.05.2009.

**Parágrafo segundo** - O salário a ser tomado como base de incidência na revisão desta Convenção será o resultante da aplicação do percentual de 6% (seis por cento) sobre os salários devidos em 01.05.2008.

**Parágrafo terceiro** - Nas bases territoriais de **Alto Feliz, Feliz, Linha Nova e Vale Real**, o salário a ser tomado como base de incidência na revisão desta Convenção será o resultante da aplicação do percentual de 2,5 % (dois vírgula cinco por cento) sobre os salários devidos em 01.11.2008.

**Parágrafo quarto** - Serão compensados todos os reajustes e aumentos salariais concedidos no período revisando, exceto os definidos como incompensáveis pela Instrução Normativa nº 4/1993 do Tribunal Superior do Trabalho.

**Parágrafo quinto** - Se, em razão da data em que as empresas tomarem conhecimento do contido nesta revisão, não for possível efetuar o pagamento do reajuste salarial ora pactuado e das demais melhorias remuneratórias previstas neste instrumento na folha de pagamento do mês de maio/2009, as diferenças referentes ao mês de maio/2009 deverão ser pagas juntamente com os salários do mês de junho/2009.

## **CLÁUSULA QUINTA - EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS 01.05.2008**

**Empregados admitidos após 1º.05.2008** - Para o reajuste do salário do trabalhador admitido na empresa após 1º.05.2008 será observado o salário atribuído ao cargo ou função ocupado pelo empregado na empresa, não podendo o seu salário passar a ser superior ao que, por força do estabelecido na cláusula quarta, for devido a empregado exercente de mesmo cargo ou função, admitido até aquela data (1º.05.2008), ou seja, em hipótese alguma, resultante do ora estabelecido, poderá o salário de empregado mais novo no emprego ultrapassar o de empregado mais antigo na empresa, e nem tampouco poderá o empregado que, na data de sua admissão, percebia salário igual ou inferior ao de outro, passar a perceber, por força do ora estabelecido, salário superior ao daquele.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois de 1º.05.2008, os salários serão reajustados proporcionalmente aos meses efetivamente trabalhados, com preservação da hierarquia salarial.

## **CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÃO DE ANTECIPAÇÕES SALARIAIS**

**Compensação de antecipações salariais** - As empresas poderão, no prazo de vigência deste instrumento, por espontaneidade, conceder antecipações salariais aos seus trabalhadores ficando expressamente ajustado que as mesmas poderão ser compensadas na próxima data-base ou, antes dela, com qualquer antecipação, reajuste, aumento ou abono salarial que possa vir a ser determinado por lei.

**Parágrafo Único** - Não serão compensados os aumentos decorrentes do término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade e merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado. Em tais casos, os valores concedidos pelas empresas a esses títulos, no curso do período revisando, serão somados ao salário resultante da próxima revisão de dissídio.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - ENVELOPES DE PAGAMENTO**

**Envelopes de pagamento** - As empresas fornecerão envelopes de pagamento ou similares com a identificação da empresa e discriminação das parcelas pagas e descontadas.

## **CLÁUSULA OITAVA - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

**Atraso no pagamento de salários** - Quando ocorrer atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento dos salários devidos aos trabalhador, ficam as empresas obrigadas a pagar uma multa de 1/120 (um cento e vinte avos) do salário contratual do trabalhador prejudicado, por dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso.

## **CLÁUSULA NONA - SALÁRIO EM ESPÉCIE**

**Salário em espécie** - As empresas pagarão salário em dinheiro, quando o pagamento for efetuado às sextas-feiras ou em vésperas de feriados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA**

**Pagamento da gratificação natalina** – As empresas deverão pagar o 13º salário até o dia 20 de dezembro, ficando as que não o fizerem obrigadas a pagar uma multa de 10% (dez por cento) sobre o salário, sem prejuízo dos juros e da atualização monetária.

### **Salário produção ou tarefa**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TABELA PARA TAREFEIROS**

A empresa obriga-se a afixar, em lugar visível, tabela com os preços das tarefas para os tarefeiros. Em caso de descumprimento, deverá ser avisado o Sindicato Profissional, que notificará a empresa, indicando prazo para regularização, sob pena de pagamento, pela empresa, de multa no valor de um salário admissional, a ser recolhido aos cofres do Sindicato Obreiro.

### **Salário Estágio/Menor Aprendiz**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALÁRIO DE APRENDIZ**

Ao aprendiz, o salário, desde a data de admissão, será de R\$ 2,12/h (dois reais e doze centavos) por hora trabalhada, observando que este deverá estar freqüentando curso técnico específico e também o ensino fundamental, tudo de acordo com o Decreto nº 5.598 de 01 de dezembro de 2005.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SALÁRIO DO ADMITIDO**

**Salário do admitido** - O trabalhador admitido deverá receber, no mínimo, salário igual ao do trabalhador mais novo na empresa, exercente da mesma função, excluídas as vantagens pessoais, ficando ressalvados os contratos de experiência.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HORAS EXTRAS**

**Horas extras** - As horas extraordinárias, laboradas de segunda a sexta-feira, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) e as horas extraordinárias trabalhadas aos sábados, com o adicional de 65% (sessenta e cinco por cento), incidindo o adicional sobre o salário contratual.

**Parágrafo único** - As horas trabalhadas aos domingos e feriados serão pagas com adicional de 100% (cem por cento),

independentemente do pagamento do repouso remunerado, exceto se for concedido descanso em outro dia da semana.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - QÜINQÜÊNIOS**

**Qüinqüênios** - As empresas concederão a seus trabalhadores, mensalmente, a título de qüinqüênio, o valor de 2% (dois por cento), sobre o salário contratual de cada empregado, para cada 5 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa .

### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL**

**Auxílio funeral** - No caso de falecimento do trabalhador, as empresas pagarão um auxílio funeral, diretamente à empresa funerária, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a menos que possuam apólice de seguro em grupo de valor igual ou superior a este, subsidiada no todo ou em parte pelas mesmas, hipótese na qual ficarão isentas do pagamento deste auxílio.

### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DESPESAS DE VIAGEM**

**Despesas de Viagem** - As empresas suportarão as despesas de hospedagem, refeições e transporte dos trabalhadores nos serviços de montagem ou instalação de móveis, quando laborarem fora do município sede da empregadora, e, para

cobertura de outras despesas decorrentes do deslocamento do empregado de seu domicílio, pagarão àqueles que efetuarem serviços em outros municípios do Estado diária no valor de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia, para os que trabalharem fora do Estado do Rio Grande do Sul, diária no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por dia e para os que trabalharem fora do país, diária no valor de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais), valores esses que, não excedendo a 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado, não o integram para nenhum efeito, não devendo, portanto, ser pagos em folha de pagamento, mas sim contra simples recibo, em duas vias, uma das quais será devidamente contabilizada e a outra entregue ao trabalhador.

**Parágrafo primeiro** - As diárias que excederem de cinquenta por cento do salário mensalmente percebido pelo trabalhador, integrarão o mesmo, nos termos do parágrafo segundo do art. 457 da CLT.

**Parágrafo segundo** - Nos serviços de montagem externa, executados no próprio Município onde a empresa esta sediada, quando não houver retorno à empresa no intervalo para descanso e alimentação, deverá a empresa fornecer ou pagar o almoço do trabalhador.

**Parágrafo terceiro** - As diárias a que se refere o caput deste artigo, somente serão devidas, quando o funcionário pernoitar fora de seu domicílio.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PAGAMENTO DE PASSAGENS**

**Pagamento de passagens** - As empresas obrigam-se a pagar as passagens para o trabalhador que executar serviço externo, exceto quando transportado pela empresa gratuitamente.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA**

**Demissão por Justa causa** - A empresa que demitir o empregado sob alegação de justa causa fica obrigada a fornecer ao mesmo, comunicação por escrito onde conste resumidamente a falta cometida, sob pena de, não o fazendo, presumir-se injusta a despedida.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIREITOS ORIUNDOS DA RESCISÃO**

**Direitos oriundos da rescisão** - O empregador se obriga a anotar a saída na Carteira de Trabalho do trabalhador e a pagar os direitos rescisórios em até 1 (um) dia contado do término do aviso prévio ou do término do contrato a prazo (inclusive a título de experiência) extinto pelo decurso do prazo pactuado, ou até o 10º (décimo) dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento, sob pena de pagar uma multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário contratual.

**Parágrafo Único** – A multa de que trata o “caput” não é acumulável com a prevista no art. 477, § 8º, da CLT, a qual substitui.

## **Aviso Prévio**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO DE AVISO PRÉVIO**

**Aviso prévio** - Sempre que na vigência do aviso prévio, de iniciativa do empregador, o trabalhador comprovar a obtenção de novo emprego, a empresa o dispensará do cumprimento do restante do prazo, e no caso do empregado pedir demissão este terá que cumprir no mínimo 10 dias do aviso, sem ônus para as partes, salvo o salário dos dias trabalhados.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TAXA DE DEPRECIACÃO DE FERRAMENTAS**

**Taxa de depreciação de ferramentas** - Será paga uma taxa indenizatória mensal para manutenção de ferramentas no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), desde que o empregado comprove, a qualquer tempo, possuir a metade das

seguintes ferramentas: plainas em diversos tamanhos, garlopa, formões, serrotes, puas, arco de pua, parafusadeira elétrica com as respectivas ponteiros para as fendas retas e/ou cruzadas, pedra de afiar. Compasso, esquadro, grampos, cortador de fórmica, martelo, boxim, chave de fenda, repuxo, metro, lima, pincéis e rolo. Nos casos em que a empresa fornecer as ferramentas e suprimir o pagamento da taxa indenizatória mensal, as ferramentas fornecidas deverão ser da mesma qualidade ou de qualidade superior às possuídas e usadas pelo empregado. A empresa poderá, a qualquer tempo, exigir que o empregado comprove que possui as ferramentas.

**Parágrafo primeiro - Taxa de depreciação de ferramentas para estofadores** - Será paga aos estofadores uma taxa indenizatória mensal para manutenção de ferramentas no valor de R\$ 33,00 (trinta e três reais), desde que o empregado comprove, a qualquer tempo, possuir mais de 8 (oito) tipos de ferramentas. Nos casos em que a empresa fornecer as ferramentas e suprimir o pagamento da taxa indenizatória mensal, as ferramentas fornecidas deverão ser da mesma qualidade ou de qualidade superior às possuídas e usadas pelo empregado. A empresa poderá, a qualquer tempo, exigir que o empregado comprove que possui as ferramentas.

**Parágrafo segundo - Natureza não salarial das taxas de depreciação de ferramentas** - As entidades convenentes pactuam solenemente, com a eficácia constitucionalmente assegurada a esta Convenção, que as taxas de depreciação de ferramentas, de que tratam o caput e parágrafo primeiro desta cláusula, não têm caráter salarial ou remuneratório, constituindo-se em indenização pelo uso de ferramentas de propriedade do empregado, podendo ser suprimidas a qualquer tempo. Por conseguinte, tendo em vista que não integram o salário para nenhum efeito, essas taxas não devem ser pagas em folha de pagamento, mas sim contra simples recibo, em duas vias, uma das quais será devidamente contabilizada e a outra entregue ao empregado.

**Parágrafo terceiro** - A taxa de depreciação de ferramentas somente será devida, pelo período efetivamente utilizado pelo profissional, e desde que estas estejam em condições de uso e que o desgaste das mesmas não ultrapasse 30% da sua capacidade de aproveitamento, ou seja, estejam no mínimo 70% de seu tamanho original.

## **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES**

**Uniformes** - As empresas fornecerão gratuitamente fardamento a seus trabalhadores, sempre que exigido o seu uso.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LOCAL PARA REFEIÇÕES**

**Local para refeições** - As empresas com mais de 10 (dez) trabalhadores ficam obrigadas a adequar um local dentro de suas fábricas, que ofereça condições para o aquecimento de refeições e ingestão das mesmas. As empresas com menos de 10 (dez) empregados propiciarão somente um lugar para a ingestão de refeições.

## **Outras normas de pessoal**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS PARA ESTUDANTE**

**Abono de faltas para estudante** - Serão abonadas as faltas para o trabalhador estudante em dia de provas escolares, no turno (manhã ou tarde) em que as mesmas ocorrerem, desde que regularmente matriculado em escolas oficiais ou reconhecidas, mediante comunicação ao empregador, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e comprovação posterior em 72 (setenta e duas) horas, inclusive para exames vestibulares.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

**Ausência justificada** - Será considerada falta justificada, com pagamento do salário, a ausência do trabalhador, por um dia, no caso de falecimento de genro, nora, sogro ou sogra, mediante apresentação da certidão de óbito.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

**Atestados médicos e odontológicos** - Serão reconhecidos pelas empresas os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos médicos e dentistas do Sindicato Profissional, salvo se a empregadora mantiver serviço médico e/ou odontológico próprio ou conveniado.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

**Salário substituição** - O trabalhador substituto deverá perceber salário pelo menos igual ao do substituído, quando essa substituição não for de caráter eventual.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGISTRO DA SUBSTITUIÇÃO**

**Registro da substituição** - Sempre que o trabalhador exercer função de categoria superior à sua, em substituição não

eventual, o empregador fica obrigado a registrar na Carteira do Trabalho a função exercida e o número de dias durante os quais atuou como substituto.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Prorrogação/Redução de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA**

**Prorrogação da Jornada** - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de até 2 (duas) horas suplementares, na forma do art. 59 da CLT. Em casos excepcionais, como, por exemplo, para conclusão da montagem ou instalação de móveis, pactuam as partes, na forma do disposto no art. 61 da CLT, que poderá a duração do trabalho exceder do limite de 10 (dez) horas ora convencionado. Todas as horas suplementares realizadas nos termos desta cláusula serão remuneradas como hora extraordinária.

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE COMPENSAÇÃO**

**Jornada de compensação** – Estabelecem as partes que a jornada de trabalho nas empresas, inclusive em atividades insalubres, poderá ser prorrogada além das 8(oito) horas normais, no máximo de duas horas, sem o pagamento de qualquer acréscimo a título de adicional de horas extras, desde que observado o limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas. O excesso de trabalho diário objetiva compensar a supressão, total ou parcial, de trabalho aos sábados.

**Parágrafo Único** - Uma vez estabelecido o regime de trabalho acima, as empresas não poderão alterá-lo sem expressa anuência dos empregados.

## **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MARCACÃO DO PONTO/TOLERÂNCIA/INTERVALOS PARA DESCANSO E ALIMENTAÇÃO**

**Marcação do ponto / tolerância/Intervalos para descanso e alimentação** - A marcação do ponto até 10 (dez) minutos antes do início da jornada e até 10 (dez) minutos após o seu término não será considerado tempo de serviço ou à disposição do empregador, por não ser tempo trabalhado, não podendo ser computado para fins de apuração de horas extraordinárias.

**Parágrafo primeiro** – o intervalo intrajornada, destinado ao descanso e alimentação do trabalhador, não será computado na duração do trabalho, não podendo, por conseguinte, ser utilizado para fins de apuração de horas extras, conforme determinado na norma insculpida no Artigo 71, parágrafo 2º, da CLT, restando dispensável a anotação em cartão-ponto ou livro-ponto dos horários de saída para o referido intervalo e retorno do mesmo.

**Parágrafo segundo** – O horário destinado ao intervalo intrajornada para descanso e alimentação será de livre estipulação entre empregado e empregador, respeitado o limite imposto no artigo 71, caput, da CLT.

**Parágrafo terceiro** - O intervalo intra-turnos, quando concedido, será computado dentro do horário de trabalho.

## **Outras disposições sobre jornada**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INSTITUIÇÃO DO BANCO DE HORAS**

**Instituição do Banco de Horas** - Em função das oscilações do mercado, as empresas que desejarem instituir banco de horas - sistema de jornada flexível previsto no art. 59, § 2º da CLT, que visa reduzir a dispensa de empregados no período de menor demanda e desonerar os produtos fabricados pelas empresas, melhorando sua competitividade para enfrentar a economia globalizada - deverão negociá-lo diretamente com o Sindicato Profissional, facultada a assistência do Sindicato Patronal, via Acordo Coletivo de Trabalho que regule a compensação entre o crédito e o débito de horas trabalhadas além e aquém da jornada normal, inclusive em atividades insalubres, comprometendo-se o Sindicato Obreiro a efetivar referida negociação, a fim de serem estipulados os critérios e parâmetros a serem observados.

## **Férias e Licenças**

### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INÍCIO DAS FÉRIAS**

**Férias** - Às férias não poderão ter início às sextas-feiras, vésperas de Natal ou Fim de Ano ou, ainda, em dias que antecedem feriadões.

## **Relações Sindicais**

### **Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES**

**Contribuição dos trabalhadores** – As empresas, observado o antigo Precedente nº 74 do Tribunal Superior do Trabalho, descontarão de todos os seus empregados atingidos pela presente convenção, em favor de um dos Sindicatos Profissionais a seguir indicados, conforme o respectivo enquadramento sindical de seus empregados:

I. o valor equivalente a 1% (um por cento) do salário já reajustado na forma desta convenção, mensalmente, nos meses de maio de 2009 a abril de 2010, respectivamente, até o quinto dia útil do mes subsequente, recolhendo os valores descontados aos cofres dos seguintes Sindicatos Profissionais:

- a. Federação dos Trabs. nas Inds. Constr. e Mobiliário do Est. do Rio Grande do Sul
- b. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Carazinho
- c. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Rio Pardo
- d. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Santiago
- e. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Santa Maria
- f. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Taquari
- g. Sind. dos Trabs. na Constr. Civil, Ind. Mobiliário e Pré-moldados de Torres
- h. Sind. Ofic. Marc. Trabs. Ind. Ser. R M M M J V V E P C E de Porto Alegre
- i. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e do Mobiliário de Uruguai

j.Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e do Mobiliário de Vacaria

II . o valor equivalente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do salário já reajustado na forma desta convenção, mensalmente, nos meses de maio de 2009 a abril de 2010, respectivamente, até o quinto dia útil do mes subsequente, recolhendo os valores descontados aos cofres dos seguintes Sindicatos Profissionais:

- a. Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Alegrete
- b.Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Caçapava do Sul
- c.Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Canguçu
- d.Sind. dos Trabalhadores nas Inds. da Constr. e Mobiliário de Santo Ângelo
- e.Sind. dos Trabs. nas Inds. da Constr. e Mobiliário de São Borja

III . O equivalente a 12% ao ano do salário já reajustado de cada trabalhador na forma desta convenção, em duas parcelas de 6% (seis por cento)cada uma a ser descontado nos meses de junho de 2009 e dezembro de 2009, recolhendo até o quinto dia útil do mês subsequente os valores descontados aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Sebastião do Caf.

IV. O equivalente a 12% ao ano do salário de cada trabalhador na forma desta convenção, em quatro parcelas de 3% (três por cento) de seus salários nos meses de junho de 2009, outubro de 2009, janeiro de 2010 e abril de 2010, recolhendo até o quinto dia útil do mês subsequente os valores descontados aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Passo Fundo.

V-As empresas, observado o antigo Precedente nº 74 do Tribunal Superior do Trabalho, descontarão de todos os seus empregados, atingidos pela presente Convenção, o valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário já corrigido, em 2(duas) parcelas iguais de 5% (cinco por cento), nos meses de Junho e novembro de 2009 respectivamente, recolhendo tal valor através de guias fornecidas pela entidade profissional, pagas na rede bancária ou tesouraria Obreira, até o quinto dia útil do mês subsequente ao Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da Construção e do Mobiliário de Viamão/RS.

IV-As empresas, observado o antigo Precedente nº 74 do Tribunal Superior do Trabalho, descontarão de todos os seus empregados, atingidos pela presente Convenção, o valor equivalente a 2% (dois por cento) do salário já corrigido na forma desta Convenção, mensalmente, nos meses de maio de 2009 a abril de 2010, respectivamente, recolhendo os valores descontados aos cofres do Sindicato Profissional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Canela, podendo as guias para recolhimento serem obtidas pelo site [www.sticmcanela.com.br](http://www.sticmcanela.com.br) e, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Dom Pedrito.

**Parágrafo primeiro** - O não recolhimento dos valores e/ou o descumprimento dos prazos implicarão em multa de 20% (vinte por cento) sobre o montante devido, juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária, na forma da lei.

**Parágrafo segundo** – O desconto previsto no caput e seus incisos, da presente cláusula subordina-se à não oposição do empregado, manifestada perante o Sindicato profissional, até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado.

## **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS**

**Quadro de avisos** - As empresas ficam obrigadas a colocar, em lugar visível e de fácil acesso aos trabalhadores, um quadro onde o Sindicato obreiro possa afixar avisos comunicações, convocações para assembléias, circulares, cópia de

decisões normativas etc. A empresa que não o fizer ficará sujeita á multa de um salário mínimo nacional, a ser recolhida aos cofres do Sindicato Profissional.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL**

**Contribuição patronal** -As empresas representadas pelo Sindicato Patronal beneficiárias desta convenção, recolherão em favor do mesmo, a título de contribuição patronal , a importância correspondente a 3(três) dias de salário de cada empregado, em 3(três) parcelas.

**Parágrafo primeiro** - Os valores a serem recolhidos corresponderão ao salário de 01 (um) dia de trabalho de cada empregado, pelo valor vigente no mês anterior ao do recolhimento, ficando estipulado que nenhuma das parcelas poderá ser de valor inferior a R\$50,00 (cinquenta reais) por empresa, independentemente de a empresa possuir ou não trabalhador.

**Parágrafo segundo** - O vencimento das parcelas de cada um dos meses de recolhimento ocorrerá da seguinte forma: o primeiro deles será no mês de junho de 2009; o segundo será no mês de setembro de 2009 e o terceiro será no mês de janeiro de 2010.

**Parágrafo terceiro** - Em caso de não recolhimento na data aprazada incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido sem prejuízo da atualização do valor pela TR ou índice que a venha substituir, mais juros de mora.

**Parágrafo quarto** - As empresas, na data do recolhimento de cada uma das parcelas, enviarão ao Sindicato Patronal cópia da guia de recolhimento e relação dos empregados existentes na ocasião, no original ou cópia autenticada, com nome, data de admissão, salário do mês anterior e montante recolhido, podendo o Sindicato Patronal exigir a comprovação dos dados informados pela exibição por parte das indústrias de outros documentos oficiais.

## **Disposições Gerais**

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CASOS OMISSOS**

**Casos omissos** - Os casos omissos serão regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho e por toda a legislação posterior que regula a matéria.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS**

**Solução de divergências** - As divergências entre os convenentes na aplicação desta Convenção e/ou decorrentes de casos omissos, serão resolvidos pela Justiça do Trabalho.

## **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - REVISÃO**

**Revisão** - A prorrogação ou revisão parcial ou total desta Convenção será negociada nos 60 (sessenta) dias anteriores ao seu término.

## **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FORMA**

**Forma** - Este instrumento é transmitido pelo SISTEMA MEDIADOR, o qual é validado em seu teor e forma pelo requerimento assinado pelos Presidentes e/ou Procuradores dos Sindicatos Convenentes e o seu devido depósito junto a SRT-RS.

E, assim, por estarem justos e convencionados, firmam o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Alegre, 02 de junho de 2009.

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA

Presidente  
FEDERACAO DOS TRAB INDUST CONST MOBIL ESTADO RIO G SUL

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONST MOBILIARIO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SIND DOS TRAB IND CONST E DO MOBIL DE CACAPAVA DO SUL

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBI DE CANG

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE CANELA

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONST E DO MOB

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SIND.DOS TRAB.NAS IND.DA CONSTR.E DO MOB.DE D.PEDRITO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO TRABALH INDUST CON ST MOBILARIO PASSO FUNDO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB INDUST CONST MOBIL DE RIO PARDO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO  
EMOBILIARIO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB NAS INDUST DA CONST E MOB DE SANTIAG

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE S S CAI

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE SANTA MARIA

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO TRAB IND DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO TAQUARI

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador

SIND TRAB CONSTRUC CIVIL IND MOBILIARIO E P MOLDADOS

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SINDICATO DOS TRAB NAS IND CONST MOBILIARIO URUGUAIANA

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBIL DE VACARIA

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Procurador  
SIND DOS TRAB NA IND DA CONST E DO MOBILIARIO DE VIAMAO

AROLDO PINTO DA SILVA GARCIA  
Presidente  
SIND OFIC MARC TRAB INDS SER R M M M J V V E P C E P A

JONI ALBERTO MATTE  
Presidente  
SINDICATO DA INDUSTRIA DA MARCENARIA DO ESTADO DO RGS

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .